

## A CULTURA DO ESTUPRO E O DISCURSO JORNALÍSTICO

Natalia Onetta GARCIA<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar trechos de notícias sobre estupro coletivo contra uma menor, ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2016, a fim de descobrir se, nas notícias relacionadas a casos de violência contra mulher, a formação discursiva é formada a partir de uma cultura do estupro que naturaliza o problema. Para realização das análises foram utilizados conceitos oriundos do campo epistemológico da análise do discurso de linha francesa e o conceito de dominação masculina de Pierre Bourdieu. Os resultados alcançados mostram, entre outras coisas, como a escolha de palavras e a formação das notícias sem vertentes são baseadas em elementos discursivos provindos de formações discursivas (sobre)determinadas, principalmente, por formações ideológicas da dominação masculina.

### PALAVRAS-CHAVES

Jornalismo; Discurso; Violência contra mulher; Dominação Masculina.

---

<sup>1</sup> Jornalista Formada pelo Centro Universitário FAG. E-mail: nataliaonetta2@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres tem ganhado números cada vez maiores. Somente em relação ao estupro, em 2015, no Brasil, foram registrados mais de cinco casos por hora, segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fora isso, existem ainda os casos de violência simbólica, com que as mulheres sofrem todos os dias e não são mensurados.

Diante dessa situação, o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise do discurso do jornalismo em relação à violência contra mulheres, para compreender se a cultura do estupro presente na sociedade interfere também na forma como as notícias são tratadas.

A cultura do estupro é a naturalização de um comportamento que silencia a violência contra a mulher. O termo “cultura” é usado porque foi a sociedade quem criou este comportamento e veio a torná-lo algo comum. Por meio dessa cultura, cria-se um imaginário de que o estuprador é uma pessoa desorientada, que não sabe o que está fazendo, sendo que, na verdade, a maioria deles são homens normais. Esse é apenas um dos imaginários criados para naturalizar o estupro e não precisar encarar o problema social que ele representa. Quanto mais este problema é deixado de lado, mais ele se torna comum da nossa sociedade.

Para isso, serão analisados trechos de notícias, presentes em portais *online*, do caso do estupro coletivo contra uma menor, que aconteceu no Rio de Janeiro, em maio de 2016. A partir das perspectivas analisadas no acontecimento em questão, busca-se entender como o assunto é tratado de forma geral pelo jornalismo.

Para realizar as análises, serão utilizados os conceitos de Análise de Discurso da linha francesa (doravante, AD) com autores como Pêcheux (1993). Já com foco na violência contra mulheres, serão utilizados para a análise os conceitos de dominação masculina, do autor Pierre Bourdieu (2012). Outros aspectos importantes que serão discutidos são os pontos que dizem respeito à formação discursiva de cada notícia.

## **2 DISCURSO, JORNALISMO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

A AD tem como base os conceitos de sujeito, discurso e ideologia. Em seus princípios, compreende-se que a linguagem tem uma relação exterior com as ideologias. Assim, a linguagem é considerada uma ação, e usá-la implica lidar com as consequências e as reações a partir dela. Logo, torna-se notório o seu poder determinante diante da sociedade. Nessa linha, o sujeito é afetado diretamente por ideologias, porém acha que é livre, o que faz com que ele pense estar produzindo discursos quando, na verdade, está apenas reproduzindo discursos.

Para Pêcheux (1993 [1969], p. 82), o discurso pode ser definido como “efeito de sentido entre interlocutores”. Ou seja, os efeitos são resultados da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso com a interferência de seus históricos. A ideologia por trás da cultura dos locutores é o que vai ser passado por meio de um discurso, assim o sujeito que irá receber qualquer mensagem já a recebe de forma determinada por posições sociais.

Por meio do campo epistemológico da AD, pode-se ter uma visão mais ampla sobre as possibilidades de efeitos de sentido retidos em um mesmo discurso e como conjuntos de culturas e ideologias estão presentes em cada aspecto de uma cultura. A interpretação, por sua vez, não dá espaço para um processamento próprio do indivíduo, este apenas se utiliza daquilo que já está determinado para fazer a significação.

Um só discurso pode ter sido construído a partir de três níveis, que o fazem ter as possibilidades de interpretações desejadas. Segundo Gregolin (1995), o primeiro é o nível fundamental, o ponto de partida para a geração de sentido de um texto, a relação do universo semântico inserido dentro daquele discurso. Já o segundo nível é o narrativo, a forma como é construída a estrutura e a ordem disposta de informações de uma narração que pode diferenciá-la de outras. Por último, o nível discursivo, o momento em que a narrativa se transforma em discurso aderido pelo sujeito que recebeu aquela informação e vai interpretá-la conforme suas referências.

No que se trata da ideologia presente nos discursos, Zanella (2014) diz que existe uma operação da ideologia que acaba por mascarar o caráter material do

sentido da linguagem, logo o sentido é determinado pelas posições ideológicas que são produzidas e alteram as FD e, até o sujeito, conforme as posições das formações ideológicas.

Nesse sentido, a AD tem o poder de transformar a colocação social natural de um jeito, ou mantê-la ainda mais forte, como explica Orlandi (2001, p. 15):

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o descolamento e transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Geralmente, as ideologias mais fortes são as que acabam por se tornarem comuns na vida em sociedade, são as ideologias mais reforçadas frequentemente por meio de discurso. Assim, acaba-se consumindo tanto um discurso relacionado a determinada questão que ela se encaixa na vivência do sujeito como algo natural.

Para Schröder (2014), o discurso é contraditório por natureza, mas não por falta de coerência, a contradição referida está ligada ao seu não aprisionamento a bases teóricas que lhes fixariam um único e verdadeiro significado, já que o signo é ideológico e sua amplitude está representada de forma exterior.

O que se compreende de um discurso para um sujeito pode ter significado completamente diferente para outro, já que seu histórico, ideologias e cultura interferem diretamente na hora de dar sentido a dizer/acontecimento. Cada discurso tem uma base histórica, e o sujeito que o compreende seguindo a historicidade daquilo argumentará e construirá discursos que defendem suas ideologias, que são baseadas em algo do passado. Logo, a construção do discurso tem, antes mesmo do discurso, uma formação do sujeito. Baccega (1998, p. 35) explica que:

O discurso da história é a manifestação, elaborada no presente, por um indivíduo/ sujeito que, "preso" a uma determinada formação ideológica/formação discursiva (no caso, a da história), debruça-se sobre o passado e, na condição de sujeito ativo nesse processo de conhecimento, vai articular de um determinado modo os fatos históricos, mostrando, nessa articulação, nesse enredamento, seu ponto de vista sobre a contemporaneidade e sua proposta de futuro.

A FD é usada para entender a produção de sentido dentro de um discurso e a sua relação com as ideologias que estão por trás daquilo que é dito. Nesse aspecto,

as palavras não têm um sentido próprio nelas mesmas, mas sim o sentido atribuído a elas conforme a FD em que se inserem.

Sendo assim, o que é dito vai ter um histórico com bases ideológicas, e seu significado será o da ideologia em que está inserido. Este é o ponto em que se estabelece a relação entre a ideologia e a linguagem. A partir dessa primeira relação é que vem a relação com o sujeito, em que ele se identifica com a ideologia por trás de uma palavra em determinado momento histórico.

A questão é que não se constroem as notícias e informações apenas com os fatos que as fazem, mas sim um discurso jornalístico. Notícia, artigo ou até mesmo entretenimento é construído por meio de ideologias do profissional que o escreve e também pelas ideologias do veículo, geralmente atribuídas à sua linha editorial. Logo, aquilo que lemos, na maioria das vezes, não é baseado somente em fatos e verdades, mas também por opiniões que partem de sujeitos que foram construídos ideológica, social e até mesmo historicamente.

Além do aspecto ideológico, outro ponto a se analisar são os modos de dizer e os jogos de linguagem presentes em um discurso jornalístico, como explica Silva (2006, p. 8):

O relato jornalístico não é um acto de descrever ou dizer de forma directa, determinada e precisa um facto empírico acontecido no mundo exterior, mas é um ato de apresentação de uma realidade que se constitui inclusive com a participação ativa do leitor (...) mas isso não equivale a dizer a que imprensa mente, inventa ou diz inverdades. Significa apenas que os nossos discursos são condicionados pelos limites de nossos modos de dizer, ou seja, são construções do mundo dentro de certos limites impostos pelos nossos jogos de linguagem.

E é por meio disso que o jornalismo ganha o seu poder proferir um dizer e mostrar como verdade absoluta para as pessoas. Entre os aspectos formados dentro do discurso jornalístico tem-se a formação do discurso machista, com dominação masculina que se representa, principalmente, nas notícias sobre violência contra a mulher.

Belisário e Biachi (2013) explicam que o jornalismo pode funcionar como forma de neutralizar a violência contra a mulher mesmo que, aparentemente, seu objetivo seja de denunciar. As autoras fizeram um estudo baseado em mulheres de

baixa renda, usando análises de formas simbólicas em notícias por meio do “enfoque tríplice”, proposta por Thompson (2009 apud BELISÁRIO e BIACHI, 2013). Uma das observações, resultado do estudo, foi a fragilidade das mulheres ouvidas diante a notícia analisada sobre violência contra mulher. É como se as mulheres se sentissem incapazes de reagir a uma notícia relacionada ao assunto, por um conformismo quase inevitável pela situação estar tão presente no cotidiano.

Logo, é possível observar que a forma como o jornalismo trata dos casos de violência contra mulher deixa de falar muita coisa necessária para apresentar os fatos apenas de forma superficial. Talvez este seja um dos maiores motivos que faz com que as notícias sejam naturalizadas na sociedade e não gerem discussão. A maneira como um discurso é feito, principalmente para um veículo de comunicação, pode despertar várias interpretações. Para Porto (2010, p. 47), um mesmo fato pode provocar vários acontecimentos. A partir de uma manifestação discursiva, podem-se criar fatos novos.

Mas não é só no discurso do jornalismo que se encontram os problemas relacionados à violência contra a mulher, isto está também no discurso da justiça. Na análise de um caso feito por Ratton (2003), no discurso de um juiz durante uma sessão relacionada ao crime de estupro contra uma vítima com deficiência mental, foi levado em consideração que o indivíduo acusado estava sob efeito do álcool, situação pela qual não deveria ser levada em consideração diante de um crime como este.

Isso se deve a estruturas históricas de ordem masculina, para Bourdieu (2012, p. 18) “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção”. E dessa forma acaba por se aplicar na divisão do trabalho, das atividades atribuída a homens e às mulheres, do local devido de cada um, tomando cada vez mais uma forma naturalizada e que mostra que quem precisa se justificar de forma a se impor é o sexo oposto, mesmo em situações em que as evidências dizem o contrário.

Essa construção de dominação parte da área biológica, realçando o masculino como corpo, e partir daí são construídas as outras relações na sociedade que levam como base a dominância dos homens. Bourdieu (2012, p. 33) ainda fala que “a força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar

duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”.

A mulher acaba por ser construída a partir da representação objetiva do corpo. E é a partir dele que surgem os pontos de comparação e oposição. Bourdieu (2012) cita durante toda sua obra a oposição entre o grande e o pequeno, separando dois sexos. Quando o grande se encontra no feminino, e não no masculino, ele é ruim. Por exemplo, as mulheres costumam considerar de forma negativa quando há uma parte do corpo muito grande. Já no caso contrário, os homens costumam olhar com maus olhos quando algo é pequeno demais em seu corpo. Por outro lado, essa relação do que se espera de um corpo varia significativamente em corpos e posições sociais.

Nesse contexto, a mulher se encontra apenas como ser percebido. O homem tem por sua representação comum o dominante, protetor, e assim se encontra acima. Como para todo caso de dominação precisa existir um dominado, é assim que se estabelece a relação entre homem e mulher na sociedade, sendo o homem o dominante e a mulher, o dominado. O homem como ser que percebe e a mulher como ser percebido. Segundo Bourdieu (2012, p. 82):

*A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis.*

Dessa forma, elas são aquilo que a sociedade espera, e não o que realmente gostariam de ser como ser em si. É preciso agradar para se encaixar em padrões determinados e assim ser aceita. Por isso, existe a dependência, não só dos homens, mas sempre uma dependência de algo superior. É necessário, acima de tudo, a percepção, o olhar do outro, para que só então elas possam ser construídas como ser.

No jornalismo, principalmente nos casos de violência, os discursos se referem a situações que fogem do controle daquilo que esperam de uma mulher. Por isso, acabam tratando a vítima a partir do ponto de vista masculino (dominante) e não do ponto de vista do ser afetado em si. É como se, para relatar o fato, fosse preciso

manter o ego daqueles que dominam, não os tirando de sua posição e mantendo as mulheres com a visão de quem as percebe.

### 3 ANÁLISE DE NOTÍCIAS

#### SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1

*“A Polícia Civil indiciou nesta sexta-feira (17) sete pessoas pelo estupro de uma jovem de 16 anos no Morro da Barão, na Zona Oeste do Rio (veja a lista abaixo)”*

*“A Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (DCAV) concluiu o inquérito sobre o caso, feito com todos os laudos periciais, inclusive o do celular de Raí de Souza, de 22 anos, um dos três suspeitos que estão presos pelo crime.”*

Nesse trecho da notícia, publicada no Portal G1 no dia 17 de junho de 2016, é possível analisar o uso de termos jurídicos que não são do conhecimento de todos e que podem causar conflitos na interpretação da informação passada. A começar pelo termo “indiciou”: indiciado é uma pessoa que está sob investigação, esta não responde ao processo judicial, isso só acontece quando se entende que existem provas o suficiente para concluir o inquérito e tornar o indiciado em réu, somente a partir deste momento ele responderá ao processo judicial. Neste caso, os indiciados citados na notícia ainda não estão respondendo pelo caso, é a partir deste momento que vão começar a responder.

Num segundo momento, fala-se sobre a conclusão do inquérito, procedimento para apurar a ocorrência de infração penal. A partir do inquérito se reúnem elementos para o Ministério Público decidir se denuncia ou não o acusado perante o Poder Judiciário. Logo, a conclusão tratada no título da notícia se refere a este processo e não à conclusão total do crime. Por isso, é normal ao longo da notícia tratarem os envolvidos como “suspeitos”, porque o envolvimento não foi comprovado ainda.

No mesmo momento em que se fala da conclusão do inquérito, o nome de Raí de Sousa é citado, uma forma de atribuir um culpado ao caso ou um punido diante da situação. O efeito de sentido que quer ser passado por meio de termos legais é de uma possível conclusão do caso. Para algumas pessoas sem



conhecimento do significado das palavras utilizadas pode-se ter a interpretação de que tudo já foi resolvido. Isso pode fazer com que estas se desinteressem pelo assunto e parem de pesquisar ou ler as próximas notícias, fazendo assim com que atenção sobre o caso diminua até desaparecer.

Todos esses termos legais estão relacionados ao crime de estupro contra uma menor. A definição de estupro, no Código Penal Brasileiro, foi atualizada em 2009 e passou a ser “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso”. Antes de 2009, perante a lei, o estupro era cometido somente contra mulheres e só se dava quando havia o ato carnal. Sociologicamente o estupro tem dois momentos que se distinguem, nas sociedades pré-modernas e modernas, e esses conceitos giram em torno dos direitos que as mulheres não tinham e passaram a ter e como isso influencia no restante de suas ações.

Segundo Segato (1999), a grande divisão entre essas duas sociedades é de que, na primeira, o estupro era uma questão a ser tratada pelo Estado, que definia o acesso sexual a uma mulher como direito do seu cônjuge, como um patrimônio. Já na modernidade, a situação muda, transformando a mulher em um sujeito que tem, ou pelo menos deveria ter, os mesmos direitos que o homem. Assim se rompe uma ligação direta de direitos passada do homem para a mulher, e o crime de estupro passa a ser um crime contra a própria mulher e não contra o homem da qual ela seria “propriedade”.

Neste trecho, é possível notar a presença da dominação masculina durante o discurso da notícia, quando se mostra claramente que a vítima precisa buscar mais provas para mostrar que é vítima do que os culpados buscarem provas para mostrar que não são culpados, pois existe uma naturalização da ação do homem e um julgamento da situação em que a mulher se encontra, mesmo ela não tendo culpa.

## **SEQUÊNCIA DISCURSIVA 2**

*“De acordo com o que se sabe até agora, a adolescente saiu de um baile funk com Raí, o jogador de futebol Lucas Perdomo, de 20 anos, e mais uma garota às 7h da manhã de sábado, 21 de maio. Na festa, eles teriam feito uso de bebidas alcoólicas, maconha e cheirinho da loló (entorpecente feito com clorofórmio e éter). Os quatro foram a uma casa abandonada da comunidade do Morro do Barão.*”

*Às 10h do mesmo dia, Raí, Lucas e a outra menina decidiram sair do local, deixando para trás a menor, que ainda está sob o efeito de drogas.*

*Às 11h, a menina teria sido encontrada desacordada pelo traficante Moisés Camilo de Lucena, conhecido como Canário, de 28 anos. O homem pegou a jovem e a levou para outra casa. Ele teria sido o primeiro a estuprá-la.*

*As investigações apontam que a adolescente foi estuprada, no mínimo, duas vezes: no sábado pela manhã e no domingo, à noite. Os policiais acreditam que o número de envolvidos no crime possa ser maior.*

*Quando a jovem foi violentada na noite de domingo, Raí chegou em uma casa da comunidade acompanhado de Raphael Duarte Belo, de 41 anos, e de um homem identificado como Jefinho. Neste segundo momento, eles abusaram da adolescente, gravaram vídeos e tiraram fotos.”*

Ainda na mesma notícia, analisamos uma cronologia das informações que se tinham até o momento da sua publicação. Aqui também é possível perceber o discurso machista, que expõe a vítima tentando buscar formas de justificar o crime cometido contra ela.

O trecho explica com quem a vítima estava e como era o ambiente antes do crime acontecer. A suposição de que a vítima e as outras pessoas teriam feito o uso de drogas não deveria ser usada na notícia, pois serve apenas como base para que algumas pessoas relacionem o uso das substâncias com a vítima ter mantido relações, o que, mesmo se fosse verdade, não anularia o crime do estupro, pois se trata do abuso de pessoa sem consciência para dizer se realmente quer ou não.

Na maioria de casos de estupro, a vítima deve provar que é vítima e se buscam mais essas provas do que as que acusam o agressor. Inclusive, muitos casos no Brasil não são investigados por alguns fatores como a vítima estar usando roupa curta, já ter tido relacionamento com o agressor ou estar sob efeito de alguma substância. Segundo a Pesquisa Nacional de Vitimização (2013), apenas 7,5% das vítimas de violência sexual registram ocorrência do crime no Brasil. No Rio de Janeiro, cidade onde o crime das notícias analisadas ocorreu, apenas 6% dos acusados por estupro vão a julgamento.

Isso se dá pelo estupro ser um dos momentos em que a mulher sai do seu lugar definido pela sociedade. Ela deve se comportar segundo padrões morais que são impostos e, teoricamente, se ela se comportar assim não existirão problemas. Quando esses problemas acontecem, é mais fácil culpá-las e dizer que não agiram conforme a moral que lhes é imposta do que analisar e resolver um problema que não está na mulher, e sim na sociedade. Bourdieu (2012) diz que basta lembrar das

condutas de marginalização, que é imposta às mulheres, excluindo-as dos lugares masculinos.

No nível fundamental (intradiscurso), podemos trabalhar com duas possibilidades de interpretação do trecho acima. A primeira é de que os fatos, como estupro, uso de drogas, local para onde foi levada e pessoas envolvidas são apenas suposições. O que justifica isso é o nível discursivo, com a forma que se escolhe para contar o ocorrido, usando termos classificados como futuro do pretérito (indicativo), como a flexão verbal "teria". Ainda no nível fundamental, outra possibilidade de interpretação é a anulação do contexto do "teria", para o de "ter" realmente acontecido.

No nível narrativo, a história, baseada em informações, se constrói em uma ordem cronológica, tentando relatar fielmente cada ação que aconteceu na noite do crime.

A FD desse trecho busca contar apenas os mesmos detalhes, tanto dentro dessa própria notícia quanto de outras veiculadas pelo mesmo canal, uma forma para não fugir da verdade que estão criando em torno de suposições. É possível notar o pensamento machista, novamente, sem preocupação com o problema social, que quer expor a vítima o tempo todo. Expressividade que representa ainda mais que o pensamento com dominância masculina e vê a mulher apenas como ser percebido.

Outro detalhe importante são as escolhas das palavras exercidas, tendo em vista que, dentro de um contexto completamente machista, elas tomam proporções diferentes das palavras no seu sentido literal. Como neste caso, "*a adolescente foi estuprada*": se fosse em um contexto sem ideologias machistas, seria perceptível antes de tudo um problema social que acontece no país, onde há mais uma vítima e que precisa de uma solução. Mas, no contexto em que se insere, só faz por parecer que mais uma mulher, que estava no local errado, na hora errada, e por isso foi estuprada.

Os discursos em massa não costumam gerar reflexões sobre o que se diz, por isso, em casos de notícias como essa, que relatam contradições e desvios do foco ao longo do discurso, é comum que a tendência seja de interpretá-la de formas errôneas. Uma notícia sem conclusão, ordem dos fatos e certezas abre a possibilidade de vários efeitos de sentido sobre um mesmo caso.

### SEQUÊNCIA DISCURSIVA 3

*"Errada era", diz suspeito de estupro coletivo no Rio.*

*Depoimento de Raí de Souza foi gravado por policiais. Celular de suspeito tem provas de abusos sexuais.*

*Um dos suspeitos de participar do estupro coletivo de uma menor de 16 anos na Zona Oeste do Rio, afirmou que a vítima estava "errada" por estar na comunidade onde sofreu abusos sexuais, durante depoimento para investigadores.*

*"Ali era o lugar dos traficantes, nem era o lugar dela. Errada era ela de estar ali, Deus me livre", disse Raí de Souza, 20 anos, em vídeo. Foi no celular de Raí que a polícia achou as principais provas do crime, os vídeos da menina sofrendo estupro."*

Esses trechos de título, linha fina e primeiro parágrafo foram retirados de uma notícia publicada também no Portal G1, no dia 06 de junho de 2016. Mais uma vez, é possível notar o discurso com influência da dominação masculina, agora representado pela fala de um terceiro.

Observa-se o uso de uma fala de outra pessoa (*"errada era ela"*) que não está ligada ao veículo que divulga. Esse início pode causar até três efeitos de sentido. O primeiro é de que aquela fala é usada exatamente para apagar a posição do veículo. O segundo, de que aquela é a fala de uma terceira pessoa sobre o caso. Antes de dar continuidade ao texto, a interpretação pode ser da fala de uma pessoa envolvida ou qualquer outra pessoa entrevistada sobre o assunto. E o terceiro sentido é de que aquilo é uma opinião geral, de várias pessoas, sobre o crime. Esse ponto levanta as seguintes questões: a) Porque usar uma fala, agressiva, de um terceiro para dar início a uma notícia? b) Qual a intenção dessa fala justamente em um título?

Logo no começo do texto já é possível se deparar com a fala completa: *"Ali era o lugar dos traficantes, nem era o lugar dela. Errada era ela de estar ali, Deus me livre"*. O lugar tratado em si não era um lugar frequentado apenas pelos traficantes, e a vítima não era a única no local, tratava-se de um evento em uma comunidade do Rio de Janeiro. Neste contexto, é possível analisar a discriminação com as mulheres por frequentarem determinados locais, por uma cultura com dominância masculina, que determina os locais que são próprios ou impróprios para o gênero feminino. O evento se trata de um baile funk, no qual as mulheres são convidadas e têm sua presença marcada como fundamental. Logo, enquanto estava tudo bem, não havia problema em ela estar lá, mas, após todo o conflito, aquele já se tornou um lugar impróprio para ela frequentar.

Para Bourdieu (2012), essa distinção entre homem e mulher é uma ordem social que funciona como uma máquina simbólica com tendência a evidenciar a dominação masculina, reservando os maiores direitos e liberdades aos homens e reservando as mulheres a casa.

As ideologias, várias representações em conjunto dominantes em determinadas classes da sociedade, buscam no corpo da mulher a justificativa daquilo que foi instituído na sociedade, como forma de reprimi-la e traçar o caminho limitado por onde pode percorrer e até mesmo a limitação de suas ações.

A fala, no início da notícia, busca atenuar a ação do estupro, justamente porque o lugar dela enquanto mulher não é aquele. O feminino é pensado como uma posição do sujeito, e este sujeito em sociedade tem a tendência a se representar como alguém que pertence a outro alguém mais superior e, por isso, tem limitações e um espaço de ações já dito, diante regras, por uma sociedade com dominância masculina.

A escolha de um discurso como esse já mostra uma FD com dominância masculina. Os sujeitos que serão atingidos por essa notícia vão recebê-la com sentido pronto, logo a possibilidade maior é que também passem a achar que a culpada era a vítima. Momento em que o sujeito adquire-se daquilo que é dito, muito além da palavra em seu significado puro, mas sim das ideologias que foram empregadas a ela.

A partir do momento em que as mulheres começam a se mostrar contra e a lutar para sair do paradigma criado para elas, surgem protestos e ações considerados como rebeldia, pois fugiam da moral criada para elas viverem. Para controlar isso e silenciar, surge mais uma representação da mulher criada pela sociedade, a de histérica, em que o fato de ela falar e querer vencer os limites impostos torna-se apenas uma situação que seria para chamar atenção, uma forma de dizer ao restante da sociedade que não se deve dar atenção àquilo, pois é só mais um aspecto característico do sexo feminino.

Para Nunes (2000), foi no século XIX que a histeria se tornou um sintoma de mulher, como uma doença da opressão. Sempre que alguma mulher tentava reagir à opressão em torno dela, suas atitudes eram classificadas com momento de histeria.

Basicamente, a representação da mulher como lugar determinado na sociedade acaba por serem aspectos que limitam suas ações ou então aspectos que silenciam suas ações e expressões quando esta tende a sair de um círculo de regras criadas para dizer como uma mulher deve ser.

#### **SEQUÊNCIA DISCURSIVA 4**

*“Agora, a delegacia de combate às drogas (DCOD) vai avaliar se o material contido no celular de Raí pode indicar o funcionamento do tráfico na região. O aparelho já foi encaminhado para perícia.”*

Dando sequência às informações encontradas na mesma matéria, apesar de os celulares estarem sendo investigados para provar o crime do estupro, neste trecho da notícia eles usam as informações para falar do tráfico de drogas, assunto que não é foco principal da notícia nem das investigações. Isso é usado como forma de silenciar a vítima, trazendo outros problemas à tona e deixando o estupro em segundo plano.

Na AD, pode-se entender como um elemento que distancia da verdade do texto em vez de criá-la. A fuga do assunto mostra um segundo ponto de vista de um mesmo caso e usa do mesmo para puxar atenção a outro problema, por sua vez, menos polêmico.

É possível analisar uma FD machista que, em vez de dar foco no assunto principal e apresentar os aspectos que mostram que a vítima é realmente vítima, opta por usar os aspectos que deixam a dúvida ou até mesmo mudar de assunto como se o estupro não tivesse importância.

#### **SEQUÊNCIA DISCURSIVA 5**

*“Atualmente preso no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste, Raí disse inicialmente para a polícia que tinha destruído seu celular onde foi gravado o vídeo da menor estuprada nua, sendo tocada por um homem, com vozes de outros suspeitos ao fundo. Com a recuperação do aparelho, na última sexta-feira, os agentes descobriram um segundo vídeo do estupro coletivo, durante o qual a menor tenta inclusive resistir às agressões.”*

Para analisar um discurso é preciso compreender o que ele diz e como ele diz. Um caso de estupro já gera grande exposição e constrangimento para a vítima por si só, e isso toma proporções ainda maiores quando se trata de um estupro coletivo, tendo como vítima uma menor.

Não há necessidade, em uma notícia, de detalhar que a vítima estava nua e sendo tocada por um homem enquanto outros homens também estavam no local. Ela já está sendo exposta por ser vítima de estupro, e detalhes como estes só aumentam seu constrangimento. Esse discurso, normalmente, é usado como forma de justificar a veracidade dos acontecimentos.

Em outro momento, depara-se também com a palavra "*inclusive*", para dizer que ela estava tentando resistir às agressões, o que nem ao menos precisava ser divulgado, pois é comum que as vítimas de estupro tentem se defender, já que estão sendo violentadas.

A forma machista como o veículo traz as informações, expondo a vítima, não deixa de ser uma forma de violência simbólica contra ela. Violência Simbólica é toda forma de violência sem danos físicos, mas que causa danos psicológicos e morais. Para Bourdieu (2012, p. 7-8), "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento".

O uso de expressões como "*nua*" mostram como a FD se adapta a palavras-chave que podem mudar toda a interpretação de um contexto. Em uma sociedade machista, e com tendência a sexualizar aspectos como esse, quando diz respeito à mulher, a notícia torna-se então um estímulo ainda mais à sexualização de um problema como o estupro. Isso de diversas formas: pela falta de maturidade para entendimento da colocação da palavra, por estimular pensamentos e, principalmente, por expor a vítima. Outros aspectos ligados ao machismo não estão presentes apenas no discurso, mas também no andamento do caso, quando, mesmo já existindo dois vídeos que mostram a vítima sofrendo agressão, ela ainda está em processo de provar que foi vítima.

## SEQUÊNCIA DISCURSIVA 6

*“O estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro provocou comoção no país. Nesta semana, tanto o Executivo quanto o Legislativo esboçaram reações. Na terça-feira, a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma comissão externa de parlamentares para acompanhar e fiscalizar a apuração do estupro coletivo ocorrido no Rio. “A Casa tem de estar junto, acompanhando cada passo das investigações para tomar providências sobre esse crime que chocou o País”, afirmou Soraya Santos (PMDB-RJ), autora do requerimento. No Senado foi aprovado um projeto de lei que amplia em até dois terços a pena para o crime de estupro coletivo, e criminaliza a publicação ou divulgação de imagens e vídeos de estupro.”*

O trecho acima faz parte de uma notícia publicada no Jornal El Pais Brasil, no dia 07 de junho de 2016. Ele traz o retrato da situação em que as pessoas que acompanham o caso, seja por meio das redes sociais, veículos de comunicação, se encontram. “*Comoção*” é a palavra escolhida para definir. A definição é ampla, atinge o país inteiro, segundo o veículo, como se todos estivessem chocados e inconformados de alguma forma com o acontecimento. Esses são os possíveis efeitos de sentido, a retratação de comoção pode partir do veículo que noticia ou, então, de toda a população que acompanha o caso.

A situação é tratada com indignação, como se fosse um dos poucos casos, ou dando entender até mesmo que é uma exceção em nosso país, anulando assim a média de um caso de estupro a cada 11 minutos no Brasil. O destaque desse caso em específico se deu por não ter uma forma de amenizar, pois os vídeos da vítima já estavam circulando nas redes sociais e tomando proporções cada vez maiores. Por isso, a indignação retratada pelo veículo é mostrada não pelo crime apenas em si, mas pela sua repercussão que faz com que os meios mudem sua forma machista de abordar algo, pelo menos um pouco, porque a sociedade está começando a ver de outra forma. E aí é preciso que os veículos se manifestem dessa mesma forma.

Como referência de criação de verdade do texto, é usada a informação de que os responsáveis tomaram alguma providência em relação ao assunto. Esse trecho termina com a informação de que um projeto de lei foi aprovado, focado no crime de estupro coletivo, e não qualquer tipo de estupro, e a divulgação de imagens e vídeos de estupro. A medida, com análise superficial, não tem impacto na diminuição dos casos de estupro, pois não funciona como medida de prevenção, e sim só de punição, quando já existem as consequências de uma ação.



Outro aspecto interessante de ser analisado é a falta de recursos jurídicos de determinadas classes. A falta de conhecimento dificulta o acesso à informação e consequentemente o acesso à justiça. Isso é prejudicial não só antes de chegar até a justiça, mas também depois de já se encontrar lá, pois estes acabam por sofrer desigualdades criadas pela sociedade, e não sabem como se lidar com isso. Para Adorno (apud RATTON, 2003, p. 37-38):

Quando analisa as práticas jurídicas em crimes dolosos contra a vida (tentados e consumados), enfatiza que o que se discute dentro dos tribunais não é diferente do que se discute fora deles. A sociedade, como os tribunais, também apresenta definições de justiça, do que é certo e errado. A diferença é que dentro dos tribunais existe um discurso mais unificado, mais definido e que possui maior poder de decisão.

Pode-se analisar também uma FD vinda de uma sociedade que ainda não está preparada para lidar com problemas antigos. O veículo que comunica isso, por sua vez, não expressa opiniões ou medidas que seriam cabíveis em relação a este problema, apenas pronuncia aquilo que outro poder está tomando como solução, como um porta voz. De certa forma, nem ao menos é perceptível, em algum momento do discurso, se a providencia já foi tomada. Não há uma fiscalização por parte do veículo, checagem da informação; pelo menos, isso não é demonstrado na notícia.

### SEQUÊNCIA DISCURSIVA 7

*“Em entrevista ao Fantástico, a vítima reclamou do tratamento recebido na delegacia quando foi prestar depoimento. “O próprio delegado me culpou. Quando eu fui na delegacia, eu não me senti à vontade em nenhum momento. E eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncia”, afirmou. Segundo o jornal O Globo, a Promotoria do Estado do Rio pediu abertura de inquérito contra Thiers.”*

Dando sequência na análise da mesma notícia, nesse trecho pode-se notar um detalhe que se encontra em poucas matérias sobre o caso: o depoimento da vítima em relação ao atendimento machista que recebi na delegacia. Ainda assim, o depoimento não é apuração do veículo que está divulgando, mas sim de um outro.

O que a vítima relata é o tratamento que muitas mulheres recebem quando procuram a polícia para dar queixa de casos de violência doméstica, assédio e

estupro. A cultura do estupro, associada às ideologias, não se restringe apenas a pessoas leigas, como se pode notar. Até mesmo os profissionais responsáveis por solucionar os casos seguem a mesma linha de pensamento e acabam por transferir a culpa do agressor para a vítima. Isso acaba afastando cada vez mais as vítimas das denúncias, a começar pelo fato de uma mulher precisar relatar uma agressão do tipo para um homem e não para outra mulher, o que já causa certo desconforto e constrangimento.

O tratamento inadequado na hora da denúncia se dá por diversos fatos ligados à dominação masculina. Primeiro pelo tabu em torno da sexualidade feminina, tanto em falar quanto em lidar com casos de violência sexual contra mulher. Outro problema é a colocação diminutiva que restringe a liberdade da mulher, assim, pessoas com ideologias formadas em torno da cultura do estupro vão associar o local em que a vítima estava para justificar o crime. E, por último, ao ter que relatar a situação para um homem, envolvido por todos esses conceitos, o qual tende a se achar no direito de impor sua opinião particular na vítima em vez de agir perante o caminho da lei.

Mais uma vez percebe-se que a dominação masculina não está presente apenas nos discursos que são veiculados pela mídia, mas também na sociedade como um todo, e isso acaba por se refletir no auxílio que a vítima não teve quando procurou a justiça.

A maior dificuldade do sexo feminino se encontra no ser mulher em um mundo dominado por homens. Essa dominância já está completamente apropriada à cultura e por isso tende a ocorrer como natural e comum. Além da violência sexual, as mulheres também sofrem, em grande parte do tempo, com a violência simbólica. Para Carvalho (2006), a violência simbólica, por aparecer de forma sutil, acaba por ser incorporada em nossa cultura como normal, por isso, não é questionada na maioria das vezes.

A diferença entre gêneros, que deveria ser apenas sexual, falando especificamente dos órgãos genitais, acabou se tornando uma diferença presente nas ações dentro da sociedade, que construiu uma oposição entre os corpos. A virilidade criada em torno do masculino se tornou mais evidenciada e digna de mais méritos,

rebaixando assim o seu oposto, o feminino. E a partir de algo social, aplicaram-se todas as outras coisas, como explica Bourdieu (2012, p. 20):

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres. (...) A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

Nesse aspecto, as mulheres tendem a viver em um campo denominado como natural, em que são subjugadas e dominadas pelos homens, no que se diz tanto em relação à sexualidade quanto à vida em sociedade: família, trabalho e outras relações sociais.

O trecho analisado, para a última sequência discursiva, mostra o porquê das FD com bases ideológicas machistas, de dominância masculina e cultura do estupro em todos os outros trechos, pois a sociedade como um todo tem referências a partir de uma cultura que carrega esses pensamentos. Dessa forma, os discursos que partem dela representam apenas aquilo que é dominante entre seus sujeitos. Por mais que não seja o certo, não se busca mudar um contexto, um problema social, apenas se busca reforçar e reforçar uma cultura que vem sendo alimentada historicamente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise realizada com base nos trechos das notícias presentes neste trabalho, é possível concluir que a FD reproduz pensamentos de uma cultura com ideologias baseadas, principalmente, na dominação masculina. Em todos os trechos analisados, é possível notar que a mulher é tratada apenas como ser percebido, segundo a teoria de Bourdieu (2012).

A FD por parte dos veículos de comunicação é baseada em um histórico cultural que traz a dominação masculina como perspectiva mais forte diante dos

casos de violência contra a mulher. Assim, eles buscam criar uma verdade diante de suas ideologias, expondo a vítima como forma de a tornar culpada. Isso se mostra desde a escolha das palavras usadas nas notícias até a ordem cronológica em que relatam um acontecimento.

Na maior parte dos trechos, a vítima é mais exposta do que o próprio agressor e, ainda, em alguns momentos tenta-se justificar o porquê de ela ter sido estuprada, sendo que em momento algum é questionado o contexto social do estupro e do problema social que o estupro é. A partir deste quesito, também verificou-se que as notícias tratam de forma superficial apenas o caso em si, e não o problema social que é o estupro e a cultura do estupro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, Maria A.. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo – SP: Editora Moderna, 1998.

BASSÉGGIO, Sandra M.; DIAS, Luciana F.. **Os feitos de sentido atribuídos pelos sujeitos ao discurso sobre a violência no cotidiano**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/907-4.pdf>. Acesso em: 14 de Abril de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª edição. Tradução de Maria Helena Kuhner. 1930-2002. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

BELISÁRIO, Karia M.; BIACHI, Mariangela M.. **A cobertura jornalística da violência contra as mulheres: denúncia ou “naturalização”?** Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/artigocomp%C3%93s2015\\_2851.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/artigocomp%C3%93s2015_2851.pdf). Acesso em: 25 de Abril de 2017.

CARVALHO, Ana P. S. **As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina**, 2006. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana\\_Paula\\_Soares\\_Carvalho\\_22.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana_Paula_Soares_Carvalho_22.pdf). Acesso em: 02 de Maio de 2017.

CATTELAN, João C.; CARMO, Alex S. A. **Análise de discurso: estudos de estados de corpora**. Toledo – PR: Editora Fasul, 2014.

GREGOLIN, Maria R.. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**, 1995. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>. Acesso em: 15 de Maio de 2017.

NUNES, Sílvia A. **Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar**, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652011000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200007). Acesso em: 27 de Março de 2017.

ORLANDI, Eni P.. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas – SP: Editora Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (Tradução Bethânia S Mariani et al.). 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. (p. 61 a 86 e 94 a 96).

PORTO, Sérgio Dayrell. **Análise do Discurso**: o caminho das seis leituras interpretativas. Brasília – DF: Editora Casa das Musas, 2010.

RATTON, Marcela Z.. **A construção social do discurso sobre o estupro dentro dos tribunais**, 2003. Disponível em: [http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9841/arquivo9358\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9841/arquivo9358_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 de Maio de 2017.

SCHRÖDER, Luciane T. Recortes e apontamentos sobre a teoria do discurso. IN: CATTELAN, João Carlos; CARMO, Alex S. A. **Análise de discurso**: estudos de estados de corpora. Toledo – PR: Editora Fasul, 2014.

SEGATO, Rita L.. **A estrutura de gênero e a injunção do estupro**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/323008051/A-Estrutura-de-Genero-e-a-Injuncao-Do-Estupro>. Acesso em: 07 de Maio de 2017.

SILVA, Marconi O.. **Imagem e verdade**: jornalismo, linguagem e realidade. São Paulo – SP: Editora Annablume, 2006.

ZANELLA, Alexandre S. Sobre o discurso jornalístico que ressoa: espaços de inscrição em outras materialidades discursivas. IN: CATTELAN, João Carlos; CARMO, Alex S. A. **Análise de discurso**: estudos de estados de corpora. Toledo – PR: Editora Fasul, 2014.